

A Escrita do Acontecimento como Desafio do Jornalismo¹

Prof.Ms. Carlos Alberto Carvalho (UFMG/UFOP)²

Adriana Mariano (UFMG)³

Cecília Lana (UFMG)⁴

Phellipy Jácome (UFMG)⁵

Resumo

A mesa discute a construção narrativa do acontecimento pelo jornalismo impresso a partir de abordagens distintas e complementares. Assim, propõe refletir sobre as noções de acontecimento jornalístico, as relações informação/enquadramento/notícia, e, ainda, jornalismo, narrativa e valores sociais, a partir de estudos de caso e revisão teórica.

Palavras-chave

Jornalismo; Acontecimento; Valores; Informação

Proposta da Mesa

Tendo por objetivo identificar modos e processos de escrita do acontecimento pelo jornalismo impresso. Nesse sentido, propõe uma discussão que articula, por um lado, diferentes modos de conceituação de acontecimento jornalístico e de apreensão da relação informação/notícia, para a qual contribuem conceitos importantes como o de enquadramento, e, por outro, estudos de caso. Estes últimos têm como foco as relações de gênero e sexualidade, reveladoras dos desafios que os acontecimentos impõem à construção da notícia e do sistema de valores que regem esse processo de produção e o próprio jornalismo como instituição.

¹ Mesa apresentada na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor da UFOP, Doutorando do PPGCOM/UFMG; integrante do Grupo de Pesquisa Poéticas da Experiência

³ Aluna do Curso de Graduação em Comunicação/UFMG; bolsista de Iniciação Científica

⁴ Aluna do Curso de Graduação em Comunicação/UFMG; bolsista de Iniciação Científica/CNPq

⁵ Aluno do Curso de Graduação em Comunicação/UFMG; bolsista de Iniciação Científica/CNPq

O acontecimento e o (im)previsível no jornalismo

Adriana Mariano

Estamos numa sociedade mediada pelos meios de comunicação, em que uma série de acontecimentos, inesperados ou não, que são noticiados. No discurso e na comunidade dos profissionais do jornalismo, comumente não se tem gosto pela ocorrência do normal, do provável; ao contrário, o seu objeto é o que desvia das normas. Adriano Rodrigues (1993) em seu artigo acerca da natureza do acontecimento jornalístico nos diz que:

“[o acontecimento é no discurso jornalístico] aquilo que irrompe na superfície lisa da história de entre uma multiplicidade aleatória de factos virtuais. [...] O acontecimento jornalístico é, por conseguinte, um acontecimento de natureza especial, distinguindo-se do número indeterminado dos acontecimentos possíveis em função de uma classificação ou de uma ordem ditada pela lei das probabilidades, sendo inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência. (RODRIGUES, 1993, p.27).

Segundo Rodrigues, os acontecimentos podem ser classificados por uma lógica de notabilidade, que podem fazê-los dignos de registro e transformados em fato pelo dispositivo jornalístico e por seus critérios de noticiabilidade⁶. Ele também nos diz que há registros noticiosos de vários aspectos de notabilidade, mas que três tipos se sobressaem quando o parâmetro é a imprevisibilidade dos acontecimentos. São esses os três tipos: o registro do *excesso*, da *falha* e da *inversão*.

O registro do *excesso* é o que lida com a lógica da imprevisibilidade de forma mais evidente, pois esse tipo de emergência de fatos escandalosos possui marcas que fogem abusivamente do normal. Exemplo de excesso seria a notícia: ‘PM reage e mata adolescente em escola’. Nessa manchete, dá para notar que algo anormal aconteceu do comportamento que se espera de um militar. Já nos registros de *falha*, fica evidente um mau funcionamento do “normal”, como ‘Grávida perde bebê após médico negar socorro e indicar ônibus’. O que se esperava é que o médico prestasse o socorro, mas a notícia

⁶ Ver também TRAQUINA (2005)

vem nos mostrar essa falha. O terceiro tipo de registro de notabilidade do acontecimento é a *inversão*, que consiste na troca de funcionalidades padrões. A máxima da definição do que venha a ser notícia citada pelo editor Amus Cummings, do jornal nova iorquino *New York Sun* há mais de 100 anos [“ se um cachorro morde um homem não é notícia, mas se um homem morde um cachorro, é manchete”] segue esse parâmetro da imprevisibilidade dos acontecimentos.

Segundo Carvalho (2009), essa perspectiva do conceito de notícia e de acontecimento jornalístico de Rodrigues obedece a uma diretriz probabilística do acontecimento. Isso é dizer que o acontecimento estaria numa lógica de fuga da normalidade e do comum. No entanto, no jornalismo, parece-nos que o acontecimento não é apenas norteado em função de sua maior ou de menor previsibilidade de ocorrência e nem de algo que emerge de uma superfície lisa, como nos disse Rodrigues. O jornalismo muitas vezes lida com notícias escolhidas para emergir na superfície, mas mesmo que elas emirjam por excelência, são elaboradas narrativas que buscam a sua origem ou o seu fim. Assim, o dispositivo jornalístico não trabalha apenas com acontecimentos que aparecem na superfície e que contenham traços de imprevisibilidade, mas sim com acontecimentos que podem ser narrados. Comumente vemos reportagens que nos trazem, através de uma composição narrativa, explicações do que provocou o acontecimento, ligando-o às ocorrências passadas. E nesse artigo pretendemos mostrar como os modos de operação do jornalismo lidam com o acontecimento, verificando se a imprevisibilidade é mesmo o que se efetua na produção de notícias. Para tanto buscaremos outra noção de acontecimento, de forma que possamos apreender melhor o movimento narrativo do jornalismo frente à esses.

Outro viés do acontecimento

Louis Quéré (2005) nos mostra que a nossa experiência individual ou coletiva é atravessada por acontecimentos de naturezas distintas, podendo ser classificados pelo seu poder de afetação que causa aos sujeitos ou por categorias: inesperados e ‘agendados’; modificados; imperceptíveis e destacáveis.

O autor tenta situar o acontecimento como organizador da experiência e parte integrante do estabelecimento de sentido. Quéré critica as ciências que buscam apreender o acontecimento na categoria de fato, atribuindo-o apenas ao uso da linguagem causal para explicar o que aconteceu, sem se atentar para a contribuição dos acontecimentos

para a experiência dos sujeitos. Através de uma abordagem da dualidade do acontecimento, citando Hannah Arendt, Quéré explica a vertente da experiência individual e coletiva dos indivíduos frente aos acontecimentos. Segundo o autor francês se pode entender o acontecimento sob o ponto de vista do entendimento – com buscas por explicações -, e do ponto de vista da ação, pois além de ser compreendido através de causas, o acontecimento também faz compreender coisas, possuindo um poder de revelar novas nuances acerca da realidade. Assim, o acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre do que se passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Esse alguém dito por Quéré será o sujeito que suporta a ação, que é afetado e possui reações e respostas frente ao acontecimento.

Tendo essa perspectiva, a busca por causas é importante para percebemos com o acontecimento introduz uma descontinuidade, um rompimento, uma imprevisibilidade no momento em que surge. Segundo Quéré, ao falar que os grandes acontecimentos são marcados pelo ineditismo e descontinuidade implica desconhecer que eles:

“São descontínuos relativamente a uns e a outros e excedem as possibilidades previamente calculadas, rompem com a seriação da conduta ou do correr das coisas – há seriação quando actos ou os acontecimentos anteriores da série abrem a via aos seguintes, de tal forma que estes resultam dos que os precederam” (QUÉRÉ, 2005, p.61)

Assim, as descontinuidades e surpresas dos acontecimentos são comumente reduzidas pelos indivíduos e também pelos modos de operar do jornalismo. Numa busca pela causalidade e entendimento do acontecimento, restauramos a continuidade do acontecimento com fatos passados, ou relacionados à um contexto) à um contexto no qual ele se insira de maneira coerente, numa narrativa construída.

Desse modo, o acontecimento se torna da ordem do previsível. Essa previsibilidade parece ser feita pela construção de uma narrativa, responsável por entrelaçar as coisas e dar coerência ao acontecimento que surgiu, mas que não preexistia ao acontecimento, como ressaltado por Quéré, pois o acontecimento é sempre singular.

A construção da intriga trata-se de um encadeamento entre coisas, onde haverá as respostas que geralmente buscamos num acontecimento: o que é, onde e por que

aconteceu. Porém, a tessitura da narrativa representa uma situação problemática. Nela há tensões e contradições que racionalmente não podem explicar o acontecimento que surge no presente. Sendo assim, o acontecimento não poderia irromper de uma superfície lisa, pois o acontecimento está cercado de instabilidades que não nos permite identificar com exatidão nem a sua origem nem o seu fim.

O pensamento de Maurice Mouilland (1997) acerca do acontecimento também os auxilia na reflexão da forma como os fatos emergem no jornalismo. Para ele, os acontecimentos que explodem na superfície da mídia já são resultado de um real domesticado, isto é, já com as suas causas e projeções arrumadas, colocadas numa compreensão causal. O jornal seria o adestrador do acontecimento, à medida que o encaixa em quadros de sentido e transmite ao leitor o acontecimento em forma de narrativa informativa. Para Mouilland o acontecimento é em sua origem extraído de uma experiência que reside fora do texto, mas que em sua chegada aparece como informação.

Tendo isto em vista, podemos pensar que o jornalismo lida de certa forma com aquilo que lhe é previsível. Diante de situações inusitadas, como o acontecimento ao vivo do desmoronamento das torres gêmeas do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001, os jornalistas e veículos de comunicação se mantiveram perplexos e ‘mudos’ frente à situação. Porém, é a imprevisibilidade que atrai o interesse e atenção dos sujeitos, uma vez que acontecimentos dessa natureza representam tanto um desafio para o entendimento dos indivíduos quanto aos meios de comunicação que deverão narrá-los. Isso corrobora para a nossa hipótese de que o jornalismo possui dificuldade de lidar com o imprevisível e que os acontecimentos devem ser explicáveis com causas claras ou especulativas antes de serem comunicados. O acontecimento para ser narrado precisa se encadear a outros fatos ou acontecimentos já conhecidos experiência humana. No jornalismo o seu modo de operar e produzir a notícia atua de forma semelhante. A novidade se insere num contexto já de familiaridade com seus leitores “as ‘novas’ são [transformadas] em ‘velhas’; o ‘novo’ acontecimento é inserido em ‘velhas estórias’.” (TRAQUINA, 2005,p.93)

Jornalismo e noticiabilidade

Mesmo que pareça contraditório, o jornalismo opera para diminuir essa ‘explosão’ do acontecimento descontínuo. É comum reconstruir-se as condições que produziram o acontecimento, encaixando-o numa ordem de causalidade inteligível, “ligando a ocorrência do acontecimento a um passado de que ele é o ponto de chegada ou incluindo-o num contexto no qual ele se integra coerentemente e surge como, afinal, previsível”. (QUÉRÉ, 2005, p.61)

O acontecimento inesperado, no momento que surge, rompe com a situação anterior à dele, mas aciona elementos do passado semelhantes ou coerentes a ele, projetando um futuro na mesma perspectiva. José Rebelo, ao comentar o acontecimento relatado por Quéré, explica, que essa projeção para o futuro é como um alongamento do acontecimento, pois é no tempo posterior que esse ganha contornos, novas situações ou revelações. A dualidade do acontecimento faz desse algo explicável e explicativo. Torna-se explicável através de narrativas e pensamento que reconstrói o acontecimento, e explicativo pelo poder que possui de transformar e revelar novas matizes do acontecimento.

Porém, essa reconstrução do acontecimento opera segundo alguns valores jornalísticos que depende de fatores inerentes à rotina do trabalho do jornalista. Existem valores-notícia⁷ dos veículos de comunicação que alteram o modo de captura, produção e transmissão do acontecimento. Esses critérios são necessários à definição do acontecimento na prática jornalística, sendo então reguladas por certos recortes de sentidos, formas, culturas e ideologias, e não apreendidos tais como eles estão dispostos na realidade. Segundo Traquina, os valores-notícia utilizados na construção da notícia, geralmente se pautam pela simplificação, ampliação, relevância e consonância do acontecimento, dentre outras características. O valor notícia da consonância nos é o mais importante nesse momento. Esse valor-notícia implica em ‘quanto mais a notícia insere o acontecimento numa ‘narrativa’ já estabelecida, mais possibilidades a notícia tem de ser notada’ (TRAQUINA, 2005, p.93). Isso se deve não só ao modo de operar da mídia, mas também da dificuldade de se ter acesso ao acontecimento em sua forma real, sem traços de interpretação.

⁷ Ver TRAQUINA (2005)

O acontecimento no jornal

Destarte, sabendo do funcionamento do acontecimento, da existência de recorte para construção de outro acontecimento na tentativa de reconstruir o próprio, podemos verificar como veículos de comunicação operam na prática. Como objeto de exemplificação, teremos a reportagem intitulada “*Polícia suspeita que serial killer matou 13*”, do jornal impresso *Folha de São Paulo*, de 08/12/2008, caderno *Cotidiano*. A reportagem relata uma série de assassinatos que ocorreram contra homossexuais desde o ano 2007 no Parque Paturis, em Carapicuíba, na Grande São Paulo. Na reportagem escolhida “*Polícia suspeita que serial killer matou 13*”, para recompor essa série de ocorrências, o jornalista tenta apreender os acontecimentos passados e semelhantes para servirem de continuidade e conexão com os acontecimentos do tempo presente, do ponto onde o jornal decidiu narrativamente iniciar a história. A composição textual da matéria, ou seja, a sua narrativa, engendra o tempo dos acontecimentos, produz as suas significações históricas e culturais e o sentido de atualidade. O acontecimento real que é instável e inalcançável em suas origens torna-se organizado e regulado pelas formas jornalísticas, estabelecendo desta forma um teor explicativo do que ocorria no parque, como pode ser visto neste trecho inicial da reportagem: “Desde o ano passado, virou território [o parque] de uma série de 13 assassinatos ocorridos sob circunstâncias muito parecidas, que acabaram levando a polícia a desconfiar de um assassino em série.” A partir daí, a reportagem relata de que forma os assassinados aconteceram, contando o porquê da semelhança entre eles, firmando assim um passado consolidado e arrumado para a aparição da enunciação do acontecimento presente, que é a retomada de investigações pela polícia paulista. Além disso, a matéria recupera a semelhança e experiências anteriores pela qual a sociedade passou para contextualizar e enquadrar num mundo significado o presente fato. Para tal, em uma retranscrição, a reportagem remete ao crime do “maníaco do parque”, que violentou e matou sete mulheres em um parque de São Paulo, no ano de 1998: “A escolha de um parque como local para matar remete ao motoboy Francisco de Assis Pereira, o “maníaco do parque”, cujos crimes desafiaram a polícia paulista em 1998”. Alongando o acontecimento também para o tempo futuro, a reportagem usa algumas palavras que esticam a durabilidade do acontecimento, como o uso da palavra ‘*ainda*’, para dizer que as

atividades de investigação da polícia continuarão e que novas pistas serão recolhidas nos dias seguintes para encontrar o possível assassino: “*Ainda* não foram feitas perícias nos projéteis para ver se saíram da mesma arma.”

Considerações Finais

Diante do exposto, esse presente artigo tentou verificar como opera o jornalismo frente à produção da notícia que lida com acontecimentos imprevisíveis. Para tanto, nos baseamos no conceito de acontecimento de Adriano Rodrigues e tentamos romper com o discurso de que o Jornalismo apenas torna notícia aquilo que lhe é inédito, segundo a noção de acontecimento de Louis Quéré.

Verificamos através de um percurso reflexivo, que para o discurso jornalístico, os grandes acontecimentos são aqueles inesperados, que não se ligam a elementos anteriores do contexto, rompendo com o correr natural das coisas existentes na realidade. Porém, concluímos que, mesmo que pareça contraditório, o jornalismo opera e contribui para a diminuição da ‘explosão’ do acontecimento imprevisível. Pois, a notícia reconstrói as condições que produziram o acontecimento, encaixando-o numa ordem de acontecimentos já ocorridos e semelhantes, sendo assim o jornalismo liga “a ocorrência do acontecimento a um passado de que ele é o ponto de chegada ou [parte de um] contexto no qual ele se integra coerentemente e surge como, afinal, previsível”. (QUÉRÉ, 2005, p.61).

Destarte, o jornalismo dificilmente lida com acontecimentos imprevisíveis, que não possua semelhança ou ligação com outras ocorrências. É importante também ressaltar com essa discussão o modo de operar do jornalismo frente a acontecimento. As formas de operação do jornalismo dizem acerca de uma rotina produtiva que trabalha com o recorte, enquadramento, mas que na verdade são modos de construção de uma nova ocorrência, já que o real do acontecimento não pode ser apreendido.

REFERÊNCIAS:

CARVALHO, Carlos Alberto. Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: a cobertura da AIDS pela Folha de S.Paulo de 1983 a 1987. São Paulo. Ed. AnnaBlume, 2009.

MOUILLAND, Maurice. O jornal da forma ao sentido. Brasília, Ed.Paralelo 15, 1997.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento.2005

REBELO, José. Apresentação. 2005

RODRIGUES, Adriano Duarte. O Acontecimento. *In*: Traquina, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e estórias*. Lisboa, Ed.Vega, 1993

TRAQUINA, Nelson. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis, Ed.Insular, 2005.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. Lisboa, Ed. Presença, 1994.

Lugar de fala, enquadramento e valores no caso Ângela Diniz

Cecília LANA⁸

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é compreender a maneira como a mídia, em sintonia com os valores em vigência numa determinada sociedade, constrói, reflete, atualiza e reforça um sistema normativo referente a papéis de gênero. Para tanto, tomamos como objeto empírico a cobertura midiática do homicídio cometido por Doca Street contra Ângela Diniz, em dezembro de 1976. Mais especificamente, nosso objetivo é perceber que lugares de fala foram construídos pelos discursos dos diferentes veículos acerca do assassinato de Ângela Diniz e que valores foram acionados pela mídia para enquadrar a personagem nesses lugares de fala.

Ângela Diniz era figura conhecida na sociedade mineira, famosa por sua beleza e por seu comportamento pouco conservador para a época. Sua vida era sempre comentada nas colunas dos jornais de Belo Horizonte, seu nome associado ora a grandes eventos, ora a grandes escândalos. Ângela casou-se aos 17 anos, teve três filhos e desquitou-se aos 26, quando passou a ser retratada pela imprensa da época como uma mulher que “vivia entre festas, drogas e amantes”. Em dezembro de 1976, foi morta por ciúme, pelo novo amante com quem vivia em Búzios há três meses, Raul Fernandes do Amaral, o Doca Street.

O caso Ângela Diniz é revelador do contexto normativo e dos papéis de gênero vigentes na sociedade entre os anos de 1976 e 1981. Os rumos que tomaram tanto o julgamento como a cobertura midiática não podem ser compreendidos dissociados das referências culturais e morais que então governavam as relações sociais. Caso Ângela Diniz fosse assassinada hoje, provavelmente não se falaria em defesa da honra (a lei, inclusive, já

⁸ Aluna do curso de Comunicação Social da UFMG, bolsista de iniciação científica do CNPq, integrante do GRIS (Grupos de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade). Email: cecilialana12@gmail.com

caducou); tampouco não se condenaria publicamente a liberdade da mulher na escolha de seus parceiros.

A partir da análise atenta da enunciação de alguns jornais e revistas que fizeram a cobertura do caso (as revistas *Manchete*, *Veja* e *Istoé* e os jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*), nos propomos a responder à seguinte questão: quais foram os lugares de fala construídos pela imprensa da época no tratamento do caso Ângela Diniz e que valores foram acionados pela mídia para enquadrar esses lugares de fala?

“LUGAR DE FALA”

José Luiz Braga (2000) sugere aos estudiosos que tomam como objeto empírico um produto cultural, como é o nosso caso, que utilizem em suas análises o conceito de “lugar de fala” para dar conta dos elementos concretos da situação de enunciação. Trata-se de um cuidado para que o produto analisado - no nosso caso, as enunciações dos veículos a respeito do caso Ângela Diniz – não se transforme em mero informador complementar de um contexto mais abrangente. Dessa maneira, nosso esforço será na direção de empreender uma análise do sentido concreto dos enunciados.

De acordo com Braga, toda fala necessariamente faz sentido em algum lugar, de acordo com uma ótica. Esse “lugar de sentido” da fala é o que o autor chama de lugar de fala. Logo, buscar o lugar de fala ocupado, construído por um enunciado é buscar em que lugar, em que ângulo, sob que perspectiva aquele enunciado faz sentido; é flagrar a situação específica que tornou possível aquela fala ser dita.

O lugar de fala não existe antes e independente da enunciação, mas entre a situação concreta da fala e os intertextos. Ele pode mesmo ser definido como uma lógica de articulação entre a fala, a situação mais imediata e os diversos textos disponíveis na sociedade, com os quais estabelece relações de cooperação ou conflito. “Ao tratar uma situação, uma fala constrói um lugar de fala na realidade social e no conjunto de discursos socialmente disponíveis.” (BRAGA, p. 169).

Assim, o sentido das falas a respeito do homicídio de Ângela Diniz só pode ser apreendido se levarmos em conta a situação específica, as particularidades e contingências que definem o crime e as falas trocadas na sociedade, os dizeres sobre o mundo. Podemos dizer, portanto, que nossa análise passa pela articulação entre questões do momento da fala e questões do “fora-de-campo”.

A seguir, examinaremos separadamente cada um dos três elementos que compõem o lugar de fala - a enunciação (ou fala), a situação (contexto mais imediato) e os discursos socialmente disponíveis (contexto social mais amplo). A partir da observação desses elementos, poderemos responder às seguintes questões: onde e como foi possível ser dito o que se disse na mídia a respeito de Ângela Diniz? Qual é o lugar da fala que caracteriza Ângela Diniz e narra seu assassinato? Em suma: que fala é a fala dos veículos a respeito de Ângela?

A situação (o crime)

Na noite de 30 de dezembro de 1976, em sua casa de praia em Búzios, na Praia dos Ossos, Ângela Diniz foi assassinada com três tiros no rosto e um na nuca, por seu companheiro, com quem vivia há quatro meses, Raul Fernandes do Amaral Street, apelidado de Doca Street. Após ter cometido o crime, Doca deixou a arma ao lado do corpo e fugiu.

No dia do assassinato, o casal foi visto por alguns amigos discutindo na praia. Doca estaria enciumado e seu comportamento era agressivo. Supõe-se que tanto Ângela quanto Doca estariam alcoolizados, pois haviam tomado bastante vodca durante a tarde. Apesar de ambos serem usuários de droga, não foi confirmado o consumo de qualquer tipo de droga naquele dia. À noite, o casal teria discutido novamente e, dessa vez, Ângela teria expulsado Raul de sua residência. Doca teria resmungado algo semelhante a “Você não deveria ter feito isso”, entrado em seu carro e andado alguns quilômetros. Entretanto, minutos depois, resolveu voltar. Surpreendeu Ângela sentada em um banco e descarregou a arma nela.

Doca Street já tinha sido porteiro de hotel em Miami, caçador no Quênia contratado por uma empresa de safári, salva-vidas e proprietário de empresa imobiliária. Já havia sido casado com Stella Arens, com quem tinha um filho. Antes de conhecer Ângela, Doca era casado com Adelita Scarpa, mulher rica e de família tradicional. Ângela teria sido o motivo do divórcio.

Ângela era conhecida no Rio de Janeiro como a “Pantera de Minas”. Tivera uma vida agitada, cheia de incidentes. Em 1962, aos 17 anos, casou-se com Milton Vilas Boas, com quem teve três filhos.

Em 1973, José Avelino dos Santos, vigia da mansão de Ângela na Vila Gutierrez em Belo Horizonte, foi encontrado morto e a patroa foi acusada de tê-lo assassinado. Ângela chegou mesmo a admitir o crime, mas seu companheiro na época, o conhecido e milionário Tuca Mendes, assumiu a culpa em seu lugar, alegando legítima defesa. Tuca foi absolvido e, após o julgamento, rompeu com Ângela. Correram rumores de que Tuca Mendes havia matado o vigia porque esse teria dormido com a amante. Mais tarde, foi confirmada a existência de esperma do vigia na cama de Ângela.

Passado esse episódio, Ângela mudou-se para o Rio de Janeiro. Teve um romance com o jornalista Ibrahim Sued. Ângela estava desquitada de Milton Vilas Boas e, apesar de ter perdido a guarda dos três filhos, levou-os ilegalmente para o Rio. Foi acusada de seqüestro e, quando morreu, o processo ainda estava em andamento.

Em 1975, Ângela foi presa, acusada de esconder mais de cem gramas de maconha em seu apartamento e admitiu ser viciada em drogas.

Em 1976, Ângela conhece Raul num jantar em São Paulo. Um mês depois, ele larga a esposa para ir morar com Ângela em Búzios.

Evandro Lins e Silva foi o advogado encarregado da defesa de Doca. Como estratégia de defesa, o advogado utilizou a versão passional para o crime. Ângela teria conhecido, na praia, uma alemã, Gabrielle Dayer, por quem teria se apaixonado e com quem queria

ter relações. Doca teria se recusado a aceitar a sugestão de Ângela de que fossem para a cama os três, o que teria servido de estopim para a briga. Alegando a legítima defesa da honra de seu cliente, o advogado conseguiu que Doca fosse condenado a apenas dois anos de reclusão com *sursis* (ele não precisaria recolher-se à prisão).

Os movimentos feministas fizeram grandes protestos, a acusação recorreu e o caso foi mais uma vez a julgamento, em 1981. Dessa vez, Doca foi condenado por homicídio qualificado a 15 anos de reclusão. O Júri entendeu que ele não agiu em defesa de nenhum direito. Para Luiza Nagib (2003, p.69), especialista na área criminal e autora do livro *A paixão no Banco dos réus*, “havia finalmente mudado a benevolência da sociedade brasileira para com os crimes de honra”

O contexto social mais amplo/os textos disponíveis/as falas sociais

O homicídio de Ângela Diniz é um caso emblemático de violência contra a mulher. Sendo assim, o contexto social mais amplo que se mostra pertinente para nosso estudo e que merece ser resgatado rapidamente aqui é a condição da mulher na sociedade ao longo dos anos.

O sexo feminino, no decorrer da história, sempre ocupou uma posição de subordinação e inferioridade com relação aos homens. A obra de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, grande marco para a discussão da situação da mulher, procura exatamente provar essa sujeição. “O certo é que até aqui as possibilidades da mulher foram sufocadas e perdidas para a humanidade” (BEAUVOIR, 1980, p.483).

Conforme discussão de Scofield (2007), Jean Jacques Rousseau publicou, em 1762, *Emílio*, livro que inspirou o modelo de organização familiar na época. Enquanto o personagem Emílio é descrito como possuidor de uma série de atributos masculinos, como força, caráter e intelecto, Sofia, sua esposa, tinha como característica principal a modéstia. Através dessa caracterização de seus personagens, Rousseau procurou mostrar que o recato deveria ser cultivado nas mulheres. Na época, a sexualidade feminina era vista como ameaçadora para o homem. As mulheres deveriam ser



educadas na vergonha e no pudor, para que houvesse equilíbrio nas relações conjugais. A repressão das mulheres, se praticada desde cedo, estimularia a virilidade masculina e garantiria que as mulheres se tornassem boas mães e esposas. Como se vê, há muito que a família e o espaço doméstico foram definidos como sendo os espaços para a ocupação do sexo feminino.

De acordo dados levantados por Blay (2003), no Brasil, antes da República, o assassinato de mulheres era legítimo quando motivado por adultério. A Constituição permitia que o marido matasse tanto a esposa infiel quanto o amante. Mas, se o marido mantivesse relações com outra mulher, tratava-se de concubinato e não de adultério. Apenas em 1916 o Código Civil alterou estas disposições e passou a considerar o adultério tanto para o homem quanto para a mulher como razão para desquite. Também constava no Código de 1916 que, para poder trabalhar, a mulher deveria ter autorização do marido.

Com o surgimento da industrialização e da urbanização, a vida cotidiana, particularmente a das mulheres, foi radicalmente alterada e essas passaram a ocupar cada vez mais o espaço das ruas. Graças à educação e ao trabalho remunerado, algumas mulheres adquiriram maior poder social e econômico e passaram a protestar contra a tirania masculina, a infidelidade e a violência no lar.

A luta feminina em busca da igualdade de direitos políticos e educativos atingiu seu auge nos anos 20, com o sufrágio, quando a mulher conquistou o direito de voto, a oportunidade de estudo e de acesso a certas profissões.

Na década de 60, o movimento feminista volta a ganhar força em todo o mundo e também no Brasil. Quando Ângela Diniz foi morta por Doca Street, em 1976, um forte movimento pela defesa da vida das mulheres e pela punição dos assassinos foi ativado. O assassinato de Ângela e a libertação de Doca Street levaram as mulheres a se organizarem em torno do lema: “quem ama não mata”.

A enunciação dos veículos

Os trechos das enunciações que serão reproduzidos aqui foram veiculados em revistas e jornais que fizeram a cobertura do assassinato de Ângela Diniz. Fazem parte do nosso *corpus* as revistas Manchete, Veja e Istoé e os jornais Estado de Minas e Diário da Tarde. Devemos ressaltar que nosso objetivo aqui não é estudar o discurso e o posicionamento de um veículo específico, mas sim apreender a fala social mais ampla, o “mosaico” das falas da sociedade.

De forma sintética, podemos dizer que as falas dos jornais traçam dois perfis para Ângela. Ora sua caracterização é feita de forma pejorativa, ora de forma elogiosa. Ângela é retratada ora como mulher autêntica e corajosa, à frente de seu tempo, modelo a ser seguido, ora como mulher devassa, promíscua, irresponsável, anti-modelo.

O título da reportagem de capa da Revista Manchete de 15-01-77 é “*Ângela Diniz: a morte da Pantera*”. O adjetivo “pantera” apareceu de maneira recorrente na mídia para se referir a Ângela. Uma das fotografias da reportagem mostra Ângela Diniz imponente, olhando fixamente para a câmera, como que desafiando os leitores. Ela veste um “tubinho” preto decotado até a região do umbigo que evidencia sua cintura fina. Parece de fato uma pantera negra.

Quando, em 2003, o programa da Rede Globo, *Linha Direta*, exibiu um episódio que reconstituía o assassinato de Ângela, a feminista Mirian Chrystus lançou a seguinte provocação: “*O que é uma pantera? É um animal para ser caçado*”. Popularmente, são chamados de pantera felinos como o leão, o tigre e o leopardo. São animais selvagens, carnívoros, ameaçadores, que oferecem perigo ao homem, assim como Ângela, que por vezes apareceu nos jornais como uma ameaça para a sociedade. Se levarmos em conta o fato de que Doca era um caçador de leões na África, a alcunha “Pantera” adquire um significado pejorativo ainda mais explícito. A reportagem de capa da revista Veja de 11-11-81 sobre o segundo julgamento e a condenação de Doca intitula-se “O dia da caça chegou”, numa alusão ao provérbio que diz que “um dia é da caça, outro é do caçador”. Dessa forma, a revista coloca Ângela e Doca nos papéis de, respectivamente, caça e caçador. Ora, a caça é ameaçadora, logo, deve ser perseguida, abatida.

Os trechos a seguir mostram que Ângela era vista como uma ameaça aos valores da “tradicional família mineira”: “*Era uma mulher do mundo*”; “*Ligações definitivas não eram para Ângela*”; “... [Ângela] *tinha compulsão em provocar os homens à sua volta*”; “*Inquietava as mulheres bem casadas, intranqüilizava maridos bem comportados...*”; “*Ângela*. Fica claro que o fato de Ângela não reprimir seus desejos causava incômodo.

“*A morte de Ângela é uma denúncia dolorosa contra esses modelos de vida não evangélicos*”. A declaração do Padre João Batista Megale para a revista Manchete de 22-01-77 atribui a morte de Ângela a seu comportamento transgressor e, dessa forma, transfere a culpa do assassinato quase que completamente para a própria Ângela. Sua vida de excessos teria levado ao desfecho trágico. A fala do padre insinua que a morte de Ângela seria uma prova de que se comportar em desacordo com as normas morais pregadas pela religião poderia trazer como consequência um destino infeliz.

Outro lugar comum na cobertura midiática do crime foi a colocação de Doca Street no lugar de vítima. Nos trechos que se seguem, podemos perceber como ele é retratado como um homem que teve a vida arruinada por Ângela Diniz:

Doca era um homem feliz, afável, simpático, queridíssimo na sociedade paulistana e estimado por gente humilde. Tinha um filho lindo, excelente situação financeira, residia no Morumbi, era bem casado. Ângela lhe virou a cabeça”; “O que aconteceu com meu irmão foi uma trágica fatalidade. Simplesmente uma paixão desenfreada o alcançou em cheio e ele se descontrolou fatalmente (...) Meu irmão teve uma paixão negra.

Além de ter sido retratada como responsável pela infelicidade de Doca, Ângela aparece freqüentemente como uma “destruidora de lares”, mulher que arruína a vida dos homens com quem se envolve. É como se tudo aquilo que tocasse nela se contaminasse:

Ibrahim Sued, cronista social, homem de negócios, seria o próximo (...) Seguiu Ângela por todos os lados, separou-se da família, até ser trocado por outro jornalista, numa época em que Ângela já se envolvia em novos problemas policiais, desta vez ligados a entorpecente. (...) Como todos os outros homens de Ângela, também abandonou a família, desnordeado por sua beleza e sedução.

Como já dissemos anteriormente, a mídia também se referiu a Ângela Diniz em tom elogioso. É preciso deixar claro, entretanto, que as falas que se referem a Ângela de forma positiva aparecem com menor frequência.

A revista Manchete de 15-01-77 descreve Ângela Diniz da seguinte maneira: “Era mais que beleza, era estilo de vida”; “Tinha um caminhar pela vida muito seu”; “Era autêntica, sedutora e valente”; “Uma das mais belas mulheres do país”. A revista utiliza ainda adjetivos como “corajosa” e “guerreira” repetidamente.

Na Manchete de 29-01-77, encontramos as seguintes falas: “*Ângela morreu por causa do tradicionalismo da sociedade mineira*”;

Morreu não por ser uma enlouquecedora de homens, pois só enlouquecem os homens que estão em disponibilidade de endoidecer. (...) Morreu não por ser infiel. A fidelidade é um valor discutido e discutível em todos os níveis, como os homens jamais a praticaram - estão cansados de saber. Ângela Diniz morreu por ser mulher - e mineira. Na concepção do machismo, não acabou o velho direito medieval do homem matar a mulher quando essa rompe os códigos. A emoção do ciúme e da revolta podem ser naturais e Doca bem poderia senti-los. Mas quando à emoção do afeto ferido se reúne a certeza do dogma e a sensação do poder, aí é o fascismo. Ou a eliminação física, pura e simples.

Fica claro aqui que, apesar de grande parte das falas sociais condenar o comportamento de Ângela Diniz, houve também discursos que apontavam para direções opostas e que criticavam o machismo e o conservadorismo da sociedade da época. Na revista ISTOÈ de 18-11-81, na seção de cartas, verifica-se a indignação de uma leitora para com o assassinato de Ângela Diniz: “*Ninguém tem o direito de matar*”.

Notamos que, principalmente a partir de novembro de 1981, época do segundo julgamento de Doca Street, a mídia deu grande visibilidade à mobilização do movimento feminista contra Doca Street: “*Doca chegou ao fórum sob um coro de ‘prende, ‘condena’, ‘cadeia’...*”; “*As feministas organizaram vigília durante o julgamento*”; “*... o juiz leu a sentença condenando Doca a 15 anos de prisão. Houve palmas. Estourou a alegria na turma que torcia contra o réu*”.

Assim, de maneira geral, pode-se dizer que dois lugares de fala foram construídos pelos discursos dos diferentes veículos: um relacionado ao machismo e outro relacionado ao feminismo. Isso significa que as falas veiculadas pela mídia a respeito do caso Ângela Diniz só fazem sentido quando vistas sob a ótica do machismo ou do feminismo; são estes os seus lugares de fala. Os ângulos propostos estruturalmente pelas enunciações para “ver” o caso Ângela Diniz são os do machismo e do feminismo.

Deve ser possível indicar lugares de fala amplos e complexos que respondam por angulações histórico-sociais e ou psicológicas de grande interesse para grupos humanos e mesmo para vastos segmentos da população mundial. É possível assim pensar em formações discursivas que, antes de serem “ideológicas”, se organizam a partir de problemas concretos largamente partilhados: os anti-racismos, os feminismos, a ecologia, os direitos humanos. (BRAGA, 2000, p.172)

O lugar de fala, ao configurar a maneira como interagimos com as falas, como olhamos para elas, denuncia uma intencionalidade do veículo, um “querer que vejamos deste ou daquele modo” e aponta para quadros de sentido.

QUADROS DE SENTIDO (FRAMES)

Erving Goffman (1991) nos chama a atenção para as operações de enquadramento que os indivíduos realizam nas diferentes situações do dia-a-dia para interpretar e organizar os fatos. Enquadrar um fato significa acionar “quadros de sentido” que o dotem de significação. São esses “quadros de sentido”, princípios de inteligibilidade ou, como quer Goffman, *frames*, que organizam nossas interações na vida social e garantem nosso bom desempenho de papéis.

Ao tecer suas narrativas, a mídia realiza cortes e seleções, posiciona desta ou daquela maneira os dados do mundo, aciona diversos “quadros de sentido”. A análise da enunciação dos diferentes veículos mostra que eles utilizaram enquadramentos diferentes para dar sentido ao caso Ângela Diniz.

As matérias sobre o assassinato veiculadas assim que o crime ocorreu, isto é, em janeiro de 1977, acionaram um enquadramento que privilegiou a recuperação do passado de Ângela Diniz e dos escândalos em que ela esteve envolvida. Era um enquadramento

que, de modo geral, convocava os leitores a “ver” Ângela como uma transgressora de valores, pois priorizava seu comportamento desviante em detrimento do ato criminoso de Doca. Nesse quadro de sentido, acionado de um lugar de fala machista, a honra masculina surge como valor máximo a ser preservado.

Já num segundo momento, em novembro de 1981, época do julgamento que resultou na condenação de Doca, a mídia acionou outro quadro de sentido. Desta vez, o enquadramento privilegiou o ativismo dos movimentos feministas, que teria influenciado a decisão do júri. Foi um enquadramento favorável a Ângela, mais combativo, focado menos em aspectos morais e mais em aspectos políticos. Predominou o tom de indignação para com a violência contra a mulher. Nesse segundo enquadramento, não é mais a honra, e sim a vida que emerge como valor a ser preservado.

Finalmente, ressaltamos que a escolha dos quadros de sentido pela mídia não é arbitrária: a instância midiática constitui-se em diálogo com a sociedade e sua voz é a voz social. Os enquadramentos dependem de um conjunto de valores dominantes em determinado momento numa dada sociedade; refletem maneiras socialmente partilhadas de classificar os acontecimentos. Levando esses aspectos em conta, acreditamos que o acionamento de quadros de sentido diferentes está ligado a mudanças importantes na maneira como a sociedade passou a enxergar a mulher e as relações de gênero. O caso Ângela Diniz parece ter funcionado como elemento detonador que fez eclodir os ecos feministas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estud. av.** 2003, vol.17, n.49, pp. 87-98. Disponível em: http://www.usp.br/nemge/textos_violencia/viol_polpublicas_blay.pdf#search=%22%22Angela%20diniz%22%22. Acessado em: 04-07-2009.

BRAGA, José Luiz. “Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais. In: **Mídias e processos socioculturais**. São Leopoldo: UNISINOS, 2000, p.159-184.

GOFFMAN, Erving. **Frame analysis**: an essay on the organization of experience. New York: Harper and How, 1991.

ELUF, Luiza Nagib. **A paixão no banco dos réus**. 3. ed. Saraiva: 2003.

SCOFIELD, Thereza Helena Prates. **Possibilidades do feminino**: as telespectadoras de Ponta Porã. 2007. 142f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

Presença, ausência, devir: O prolongamento da informação

Phellipy Jácome

“No início era o silêncio. A linguagem vem depois”. Essa formulação, de Eni Orlandi, nos permite perceber a importância do silêncio como instrumento do movimento de sentidos e significações. Segundo a autora, o ato de falar é o de separar, de distinguir, de sedimentar e estabilizar o fluxo de sentidos. Cabe ao silêncio ser o espaço no qual sujeitos e significados se movem largamente. O silêncio não é, no entanto, o “tudo” da linguagem, já que não há, nele, significados independentes, auto-suficientes ou preexistentes. Ao contrário, a relação estabelecida com a linguagem é bem mais complexa. Desse modo, sempre se diz *a partir* do silêncio e é nele que o sujeito trabalha sua contradição constitutiva e que se situa na relação do “um” com o “múltiplo”. Como aponta Orlandi, é o silêncio que deixa perceber que todo discurso sempre remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa. Essa tese reforça a formulação de Todorov, segundo a qual não existe narrativa natural, ao contrário, todo e qualquer movimento narrativo, mais que uma série de acontecimentos em sequência, é fruto de uma escolha e de uma construção.

Visto isso, parece evidente que a tessitura de uma narrativa jornalística é, antes de tudo, um movimento dialógico de enquadrar a realidade, reduzindo seus silêncios e ambigüidades, instaurando-a. Quando dizemos algo, sobretudo temos intenções de dizê-lo. Nesse sentido, o enquadramento dos acontecimentos pela notícia, ancorada estrategicamente por elementos factuais, se destaca como relevante objeto da racionalidade jornalística.

Nessa perspectiva, a informação surge, para Maurice Mouillaud, como uma figura de visibilidade, tendo em vista que é através dela que um fato é instaurado, promovido e destacado da virtualidade do real. No entanto, a visibilidade de um fato é permeada por modalidades de poder e de dever e as escolhas do modo de enquadrar não são livres. Ao contrário, existem pressões editoriais, lugares de fala de quem narra os fatos e os sujeitos imaginados para a recepção. Além disso, os modos de enquadrar estão sujeitos, inclusive, aos mapas de sentido disponíveis num determinado contexto sócio-histórico.

Ao narrar, portanto, o jornalismo impõe uma moldura para que ocorra o reconhecimento de sua faticidade, atribuição de significados à notícia e a aceitação do discurso jornalístico como um “mundo possível”.

Como existe a moldura e ela não é livre, há ocorrências ou aspectos de ocorrências que devem e podem ser mostrados em detrimento a outros, que são renegados à sombra. Isso é revelador tanto dos constrangimentos sofridos durante o processo de produção da notícia, quanto da impossibilidade de transformar em informação todos os acontecimentos do mundo. Já que, pela própria característica dos dispositivos informativos e pela relação que eles estabelecem com os fatores tempo e espaço, é necessário que se faça algumas escolhas daquilo que deve ser noticiado diante da impossibilidade de haver um “todo-narrativo”.

Por enquadramento, retomando aqui as formulações de Goffman, podemos entender os princípios organizacionais que governam os acontecimentos, bem como o nosso envolvimento com eles:

Parto do princípio de que as definições de uma situação são construídas de acordo com princípios de organização que governam eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjetivo neles; *enquadramento* é a palavra que eu uso para referir-se a um destes elementos básicos, tais como sou capaz de identificar. Esta é minha definição de *enquadramento*. Minha expressão análise do *enquadramento* é um slogan para referir-me, nesses termos, ao exame da organização da experiência. (GOFFMAN, 2006, p. 11, com grifos do autor)

Portanto, ao enquadrar um fato, o jornalismo promove muito mais do que a saliência de aspectos tidos como relevantes para a interpretação da narrativa que instaura. Como aponta Carvalho, é neste processo que consiste a especificidade da participação dos jornais como um dos agentes das dinâmicas de construção social da realidade. Os enquadramentos revelam as peculiaridades de cada veículo noticioso em suas múltiplas inserções na sociedade e, por isso, dizem para além de um componente operacional da lógica narrativa noticiosa. Além disso, ao instaurar uma presença, a notícia se vê permeada pelo silenciamento, que está conectada a aspectos daquilo que está ausente. Desse modo, há sempre uma margem para que o que está na sombra seja recuperado pelo espectador, e a potência do texto noticioso se amplie.

E é justamente sobre essa ampliação virtual do espaço textual pelo leitor/espectador que esse artigo tratará. Entendo que, por mais que a notícia seja oferecida ao receptor como um produto pronto, sem ambigüidades; haverá sempre um espaço para a emergência de novos significados e a atribuição de novos sentidos pelo próprio leitor/espectador. Isso porque, apesar de ser uma experiência de mundo possível, a informação se dá *no* mundo e guarda um rastro de realidade. Esse rastro pode ou não se confundir (de fundir com) e cruzar a experiência de quem a lê ou vê uma notícia e aumentar significativamente suas possibilidades de sentido.

Ampliação do campo: a informação como discurso

Entender o jornalismo como um discurso significa extrapolar o seu texto, o que está dito, para reconhecer as marcas sociais nas quais foi produzido e interpretado. Como aponta Marcela Farré:

“Considerar el noticiero como discurso, por lo tanto, lleva a un análisis del texto en su dimensión comunicativa, entendiendo a ésta no como una mera transferencia de contenidos informativos a un espectador, sino como ‘un intercambio de sujetos, destinado a coproducir sentido’. Eso significa que el texto no es sólo el objeto que se transmite sino el objeto en torno al cual se actúa” (FARRÉ, 2004. p.30)

E essa atuação se dá de maneira dupla, já que é realizada tanto pelos jornalistas que enquadram a realidade, construindo-a socialmente através das matérias, quanto pelos espectadores que re-enquadram a notícia e injetam nela o seu fluxo de experiências (numa visada dialógica).

Para facilitar a análise tomaremos tanto a informação televisiva, quanto sua versão escrita como “campo”. Por *campo*⁹, entendemos tudo aquilo que a narrativa instaura como presença. Desse modo, ampliando a noção aplicada aos meios audiovisuais, uma notícia de jornal também pode ser considerada como um “campo”, posto que possui algum grau de materialidade, seja nas páginas de um periódico ou de um site na internet.

⁹ O conceito de campo proposto nesse artigo será, portanto, diferente da abordagem realizada por Pierre Bourdier

As composições textuais são resultados de processos anteriores, visto que são frutos das escolhas daquilo que deve ser mostrado em detrimento do que não aparece no texto e fica renegado à sombra. Também há a possibilidade de emergência de novos sentidos que acabam por ampliar e problematizar aquilo que é dito e a aglutinação da experiência do sujeito ao texto. É a conjunção das condições de produção da notícia (sua dimensão no passado e de sombra) e de seu cruzamento com o fluxo de experiências dos espectadores/leitores que deve ser entendido como um campo ampliado, um prolongamento da informação.

O jornalismo como proposta de mundos: a questão do acontecimento

O acontecimento não irrompe da superfície lisa da história. Ao contrário do que pensava Rodrigues, ele se dá de maneira dual e envolve como elemento indissociável o fluxo de experiência dos indivíduos como aponta Louis Quéré:

Porque o verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que passa ou se produz, mas também do que acontece a alguém. Se ele acontece a alguém, isso quer dizer que é suportado por alguém. Feliz ou infelizmente. Quer dizer que ele afeta a alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reações e respostas mais ou menos apropriadas. É porque ele acontece a alguém que ele “se torna”, para retomar a definição de Mead apresentada em epígrafe [O acontecimento é o que se torna]. (Quéré, 2005 . p.61)

Essa passagem demonstra o poder de afetação do acontecimento na organização dinâmica da experiência individual e social, posto que é através da ocorrência dele que atribuímos valores da possibilidade e probabilidade para as coisas¹⁰. Assim, algo que, por exemplo, julgávamos impossível de acontecer, acontece e reorganiza as nossas categorias de possibilidades.

Convivemos, portanto, num caldeirão de acontecimentos virtuais que poderão, ou não, ser concretizados um dia ao atravessar a nossa experiência ordinária e alterar o seu fluxo. O poder de afetar, portanto, não está somente no acontecimento, ao contrário,

¹⁰ Louis Quéré divide o acontecimento em três categorias: atual (“esse aspecto do real que se nos apresenta como impondo-se à nossa experiência sensível”), virtual (“o que é possível sem presunção da realidade”) e provável (“aquilo que estrutura e mede o possível”)

está na relação que estabelece com quem o sofre. Para Quéré, esse sofrer é também da ordem de um agir. E, para que isso ocorra, existem questões que envolvem o que autor convencionou chamar de “o possível humano”. Para ele, o acontecimento existe de forma singular e é fruto de uma ação situada na nossa experiência sensível ou no nosso pensar no mundo. Desse modo, ele depende das nossas capacidades individuais e de condições particulares de sua ocorrência, como o sentido do possível, do fazível e da ocasião.

O interessante é pensar que o acontecimento se dá no “silêncio” de nossa experiência e é no silêncio que a completude de seus sentidos se move. Cabe a linguagem dividi-lo e organiza-lo para domesticar a significação. É através de palavras, por exemplo, que narramos os acontecimentos, limitando-os para tentar compreender suas causas e os seus efeitos. A fala é composta por, nesse sentido, “segmentos visíveis e funcionais que tornam a significação calculável” (Orlandi: 2007). No entanto, nesse movimento de estabilizar o acontecimento, aspectos dele não são abordados e ficam segregados à parte da sombra, retornando à virtualidade aberta do silêncio. Isso atesta que *narrar* a realidade, como aponta Farré (2004), não é e nem pode ser *reproduzir* o real. Sustentar “espelhos da realidade”¹¹ seria tomar como possível a idéia do conto de Borges¹² em que se propunha construir mapas em escala ‘real’.

Visto isso, Quéré afirma que muitos são os autores contemporâneos que denunciam uma possível degradação do acontecimento efetuado pelos dispositivos mediáticos de informação: “Somos, dizem-nos, diariamente submetidos a uma torrente de notícias que proliferam anarquicamente e que relatam acontecimentos ocorridos a outros, sem que possamos integrá-los na nossa própria experiência” (Quéré: 2005. p.73)

Ora, a dizer, somos diariamente, segundo a segundo, submetidos a uma torrente de acontecimentos que também se proliferam de forma anárquica e nem por isso se imagina que eles não possam sair da virtualidade e atravessar nosso fluxo de experiência. É plausível dizer que o acontecimento jornalístico é sempre um acontecimento segundo e parece óbvio que certos princípios básicos de composição da

¹¹ Ver TRAQUINA. *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias* Lisboa: Veja, 1993

¹² Ver BORGES. *Del rigor en la ciencia*.

informação como a novidade, a clareza e, sobretudo, a brevidade acabam por restringir as possibilidades interpretativas sobre determinado acontecimento no mundo.

No entanto, devemos atentar para aquilo que Eco, ao analisar a televisão, chama de “dupla poiesis”. Para ele, a narrativa televisiva é resultado da experiência de uma mediação na mesma medida em que produz uma nova experiência no mundo a partir de sua relação com o espectador. Creio que seja plausível a aplicabilidade desse conceito às notícias, visto que a força da narrativa informativa está em sua capacidade de abarcar fragmentos da realidade externa que se pretende representar e de convertê-la numa realidade interna, num mundo possível a ser habitado e atualizado pelo leitor/espectador.

Como dito, o poder de afetação do acontecimento tem por obrigatoriedade a presença de um outro. No caso do jornalismo, esse outro é a figura central, já que mais que informar *algo*, se informa algo *a alguém*. Desse modo, uma notícia deve ser entendida sempre algo incompleto. Isso porque as estratégias de enunciação que compõe um texto sempre invocam a presença de um leitor que atualiza, acrescenta ou retira camadas de sentido ao texto que recebe. Como dito anteriormente, não existe a possibilidade de um todo-narrativo, ao dizermos algo, operamos recortes e destacamos alguns fatos em detrimentos a outros. Como aponta Eco,

“‘não dito’ significa não manifestado na superfície, a nível de expressão: mas é justamente este não-dito que tem que ser atualizado a nível de atualização de conteúdo. E para este propósito um texto, de um forma ainda mais decisiva do que qualquer outra mensagem, requer movimentos cooperativos, conscientes e ativos por parte do leitor.” (ECO: 1983, p.36)

Por isso, a tessitura de uma notícia é sempre um movimento no passado (operação de recorte e seleção da parte da sombra/parte da luz) para instauração de uma presença que será atualizada pelo devir de um leitor, que aciona o não-dito e acaba por reconfigurar todo o texto, podendo ou não aplicar-lhe novas camadas de sentido oriundas de sua experiência e ampliando o campo da informação. Desse modo, uma notícia ao ser lida ou vista amplia de maneira acentuada a suas possibilidades de interpretação, na medida em que cada leitor pode acrescentar, num processo dialógico, o texto à sua experiência, mas também suas experiências ao texto.

No entanto, nem sempre a notícia atravessará e modificará a experiência do leitor/espectador. Do mesmo modo que os demais acontecimentos, os jornalísticos também estão na virtualidade. Num jornal existem inúmeras notícias e nem sempre elas reorganizarão fluxo de nossa experiência. Algumas das matérias, por exemplo, só terão o poder de nos emocionar ou nos chocar, mas tão logo deslizem sobre nós, não poderão mais nos atingir. Mas outras narrativas jornalísticas, assim como quaisquer acontecimentos, terão o poder de distender em nossa experiência e instaurar novas maneiras de nos relacionarmos com o mundo.

Essa relação forte e possível entre acontecimento jornalístico e leitor/espectador problematiza a idéia de que o real instaurado pela informação, ainda que apresente um mundo possível e de forma fragmentada, seja capaz que eliminar a possibilidade da emersão de novos sentidos ao texto e a partir dele. No momento em que um acontecimento é publicado num veículo noticioso, ele é ofertado ao espectador que, a partir de suas experiências, pode interpretá-lo e a atribuir a ele novos e variados significados. E, ao adicionar sentidos à notícia, o espectador amplia o campo original para dimensões as quais o jornalismo não possui controle. Nesse sentido, como aponta Jesus Martín-Barbero, “a competência textual, narrativa, não se acha apenas presente, não é unicamente condição da emissão, mas também da recepção”. Nessa perspectiva, é sempre possível que haja uma apropriação criativa dos sujeitos em relação aos textos midiáticos, modificando-os. Desse modo, o texto é sempre um devir, um vir a ser buscando sua atualização na figura dos diversos leitores sociais possíveis.

Visto isso, parece evidente que o jornalismo não deve ser entendido como um correlato de experiência degradada. Pode-se considerar que na leitura e no consumo não existe somente reprodução, mas também produção de sentidos. Isso acontece porque a assimetria de demandas e competências dos diversos leitores sociais são encontradas e negociadas a partir do texto para que haja o reconhecimento.

Desse modo, colocar-se diante de um telejornal ou de um veículo impresso não é somente receber informações, mas também co-produzir sentidos a partir de sua própria experiência e competência cultural para atualizar e prolongar o que é dito.

Referências bibliográficas:

- BOURDIEU, Pierre; ORTIZ, Renato. Pierre Bourdieu : sociologia. São Paulo: Ática, 1983. 191p. ((Coleção grandes cientistas sociais ; v.39)
- CARVALHO, Carlos Alberto de . *O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo*. Rio de Janeiro: Intercom Sudeste 2009.
- ECO, Umberto. *Lector In Fabula*. Lisboa: Editorial Presença 1983
_____. “Tevê: a transparência perdida”. In: *Viagem na Irrealidade Cotidiana*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1984.
- DOURADO, A. ; JÁCOME, P. . *Jornal Nacional e os 12 segundos de escuridão*. In: Intercom, 2008, Natal. Anais do XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo : Intercom, 2008. v. 1.
- FARRÉ, M. *El noticiario como mundo possible: estrategias ficcionales en la información audiovisual*. Buenos Aires: La Crujía, 2004.
- GOFFMAN, Erving. *Frame Analysis: los marcos de la experiencia*. Madri: Siglo XXI, 2006.
- LEAL, B. S.; VALLE, F. P..*O telejornalismo entre a paleo e a neotevê*. Contemporânea (Salvador), v. 6, p. 10, 2008
- MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 2003
- MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio D. (org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997
- ORLANDI, Eni Puccinelle. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007
- QUÉRÉ, Louis. *Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento*. **Trajectos**, Lisboa, Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, n.6, p. 59-76, 2005.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O Acontecimento. In: Traquina, Nelson. *Jornalismo: Questões, teorias e estórias*. Lisboa, Ed.Vega, 1993
- TRAQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo*. Florianópolis, Ed.Insular, 2005.